

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

----- **Falta justificada** – O Presidente da Câmara informou que o Vereador Pedro Machado, não está presente na reunião de Câmara, por motivos pessoais, pelo que a sua falta foi considerada justificada, tendo sido substituído pela Vereadora Elisabete Neto Pereira. -----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 21).** -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 13 de Setembro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Elisabete Neto Pereira, por não ter estado presente na mesma. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 3. Hasta pública do terreno do Campo de Futebol Municipal em Montemor-o-Velho. -

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 4. Rede de Esgotos de Liceia: Fase A (Redes) – Parte 1 -----

----- - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO (DAE) -----

----- 1. Apresentação de estatutos da Associação Rede de Economias da Criatividade, na sequência da aprovação da Candidatura Rede de Economias da Criatividade (4.º Aviso de Concurso do Regulamento Específico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Programa Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013)).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que se realizou nos dias 17, 18 e 19 de Setembro o Campeonato Nacional de Regatas em Linha (Canoagem), no Centro de Alto Rendimento de Montemor.-----

----- Mais disse que os atletas Alexandre Figueiredo e João Figueiredo, irmãos gémeos, residentes em Verride, ficaram em primeiro lugar em K2 Iniciados, em 500 metros, no Campeonato Nacional de Velocidade. -----

----- Referiu ainda que o atleta João Figueiredo ficou classificado em 4.º lugar, em K1 num lugar de 500 metros.-----

----- Tendo em conta os resultados obtidos pelos atletas acima referidos, propõe a atribuição de um voto de louvor. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade a atribuição de um voto de louvor aos atletas Alexandre Figueiredo e João Figueiredo, pelos resultados obtidos. -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Segunda** – Propôs um voto de louvor ao jovem Rui Sousa, residente na Carapinheira, que no período de 6 a 13 de Setembro participou no I Campeonato do Mundo do Síndrome de Down, em Puerto Vallarta – México, onde obteve o primeiro lugar em 400 metros, na modalidade de atletismo e o segundo lugar, na mesma modalidade, na prova de 200 metros.-----

----- Usou da palavra a Vereadora Paula Rama dizendo que os Vereadores do Partido Socialista subscrevem o acabado de expor pelo Sr. Presidente da Câmara quanto ao desempenho dos nossos atletas e aprovam as propostas por ele apresentadas.-----

----- Relativamente ao jovem atleta Rui Sousa não podem deixar de lhe dar uma palavra muito especial de Parabéns pelos resultados por ele obtidos, em virtude da sua particular condição, pois tais resultados têm um significado muito especial para ele e são muito motivadores para futuros desafios que lhe sejam lançados. Assim fica aqui o desejo de que o Rui nos continue, no futuro, o orgulhar do seu trabalho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade a atribuição de um voto de louvor a Rui Sousa, pelos resultados obtidos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27***

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que no próximo dia 5 de Outubro, dia das Comemorações do Centenário da República, pelas 12 horas, se irá proceder à inauguração do Centro Educativo de Montemor e Campus Escolar Jorge de Montemor. -----

----- Estará presente nesta inauguração o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista não irão estar presentes nesta inauguração em sinal de protesto, porquanto, a presença desta personalidade do Governo está relacionada com outros compromissos e outras “agendas políticas”. -----

----- Por isso também querem deixar expresso que esta posição nada tem a ver com o Centro Educativo e Campus Escolar em si mesmos, ou com a Câmara Municipal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Deu conhecimento que a feira quinzenal se realizará pela última vez, no seu espaço habitual, no dia 6 de Outubro do corrente, devido ao início das obras para a construção da Pista de Atletismo e obras de Requalificação Urbana, passando a mesma para o Leito do Rio Padre Estêvão Cabral. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que estas obras anunciadas irão ter um grande impacto na vida e quotidiano dos munícipes, tanto residentes como não residentes, incluindo os utentes da feira quinzenal, devendo a Câmara Municipal ter a preocupação, já na última feira, de proceder à distribuição de “flyer” ou folheto informativo, a toda a população, de todas as condicionantes e alternativas, bem como devia ser explicado aos cidadãos que obra é que irá ser feita nesses locais, pois muitas pessoas os interpelam no sentido de explicar o que se pretende ali fazer. -----

----- Usou da palavra o Vereador Abel Girão informando que a última feira a realizar naquele local, será a do próximo dia 6 de Outubro. -----

----- Mais informou que a nova localização situar-se-á na zona do Parque de Merendas, ocupando o próprio parque e toda a zona circundante. O estudo da nova localização foi efectuado com a colaboração das Comissão de Feirantes e está praticamente concluído. --

----- Informou ainda que a divulgação da nova localização será efectuada através de folhetos a distribuir na próxima feira de 6 de Outubro, para além da divulgação na página da Câmara e da afixação de cartazes com a identificação dos acessos e novas localizações das áreas comerciais, devidamente agrupadas pela sua tipologia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou ainda que, brevemente, se dará início às obras de beneficiação da Av. dos Bombeiros, (Largo de N. Sra. do Desterro até à Rotunda do Tribunal), em Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Mais informou que também se encontram em curso as obras relativas ao Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale – Carapinheira (Largo do Alhastro), solicitando a divulgação da maqueta das obras a efectuar para a população poder ter conhecimento da tipologia de trabalhos a efectuar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emilio Torrão informou que gostaria de recomendar e chamar a atenção para a necessidade de reduzir a velocidade na grande Avenida do Meco, com a colocação de sinalização adequada, nomeadamente, passadeiras desniveladas e lombas redutoras de velocidade, porquanto, tal espaço tem muito trânsito e muita afluência de utentes para os espaços comerciais ali existentes, sendo imperioso prevenir acidentes graves no local. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que já estava prevista a pavimentação daquela avenida, situada no Meco. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que existem dois cortes/buracos resultantes de obras de saneamento ou abastecimento de água, na faixa de rodagem no sentido descendente Meco/Carapinheira, junto à vivenda da Sr.^a Ilda Monteiro e servidão de passagem do Sr.^o José Casimiro na localidade do Meco que devem ser urgentemente tapados e reparados, porquanto, estão a colocar em perigo o normal trânsito no local e poderão ser causa de acidentes da responsabilidade do Município. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 1 – MONTIC – MONTAGENS INDUSTRIAIS DO CENTRO, LDA. -----

----- – EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi presente uma informação do Gabinete Jurídico que a seguir se transcreve: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- “Por escritura pública, de 24 de Março de 2006, foi celebrado no Notário Privativo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, o contrato definitivo de compra e venda do lote número 30 do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, o qual foi vendido pelo Município de Montemor-o-Velho e adquirido pela MONTIC – Montagens Industriais do Centro, L.da, sob a condição de neles se instalar, exercer a sua actividade e objecto social, isto é, o fabrico, montagem e comercialização de estruturas de construção metálica e assistência técnica inerente à actividade – metalomecânica.-----

----- O Município de Montemor-o-Velho ao abrigo do Regulamento do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho e Regulamento para Alienação de Lotes e Atribuição de Incentivos do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, com o objectivo do exercício da actividade e fixação da Insolvente no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, atribuiu-lhe diversos incentivos. -----

----- O preço do lote, foi então fixado e aceite pelos intervenientes na aludida escritura, em 73.540,00€ (setenta e três mil quinhentos e quarenta euros).-----

----- Acontece que, à compradora foi então “atribuído, de acordo com o disposto no artigo 16.º do Regulamento para Alienação de Lotes e Atribuição de Incentivos do Parque de Negócios e com a deliberação da Câmara Municipal de 19/08/2005, incentivo de natureza financeira no valor de 65% do valor bruto do lote adjudicado, correspondente a 47.801,00€, o qual foi deduzido ao preço a pagar que, deste modo, passa a ser de 25.739,00 € (vinte e cinco mil e setecentos e trinta e nove euros) ”, conforme Escritura de Compra e Venda do Lote n.º 30 do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho (documento anexo número um).-----

----- O preço estipulado de 25.739,00 € (obtido depois de deduzidos os incentivos) foi pago no acto de celebração do contrato promessa de compra e venda, em 08/09/2005, o montante de 12.869,50€ correspondente a 50% e os restantes 50% no mesmo valor de 12.869,50€ no acto da celebração da escritura. -----

----- Por publicação no Diário da Republica de 19 de Fevereiro de 2010, detectaram os serviços que sobre a MONTIC – Montagens Industriais do Centro, L.da foi proferida, no 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz, sentença de declaração de insolvência. --

----- Detectaram, igualmente, que existe ainda, a correr termos no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz um outro processo de insolvência sobre esta mesma empresa sob o n.º 173/10.4TBFIG. -----

----- Com a declaração da insolvência da MONTIC – Montagens Industriais do Centro, L.da constata-se que esta sociedade se encontra definitivamente impossibilitada de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

proceder ao fabrico, montagem e comercialização de estruturas de construção metálica e assistência técnica inerente à actividade – metalomecânica – no referido lote do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, ou em qualquer outro lugar. -----

----- Pelo exposto, encontrando-se a insolvente em incumprimento definitivo dos objectivos que levaram à atribuição dos referidos incentivos, fica obrigada a restituir ao Município as quantias de que tiver beneficiado a título de incentivo, acrescidas de juros à taxa legal em vigor, conforme estabelecido na cláusula terceira do contrato definitivo de compra e venda. -----

----- O Município de Montemor-o-Velho, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal, na qualidade de credor da sociedade MONTIC – Montagens Industriais do Centro, L.da, reclamou e requereu a graduação do seu crédito nos termos do artigo 128.º e seguintes do CIRE, no montante de 47.801,00€ (quarenta e sete mil, oitocentos e um euros). -----

----- Mais, notificou o sócio-gerente e o administrador da insolvência da empresa para que se pronunciassem sobre o incumprimento de prazos, de apresentação do projecto, de construção e início de laboração, estipulado nos artigos 11.º, 12.º e 13.º do Regulamento de Alienação de Lotes e Atribuição de Incentivos do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, que nada disseram, aceitando tacitamente que se encontram em incumprimento contratual. -----

----- Assim, e porque não cumpriram as obrigações contratuais a que estavam vinculados, tendo sido notificados para o efeito, estão por esta via preenchidos os requisitos legais para que possa ser accionado o exercício do direito de reversão. -----

----- Deste facto deverá ser dado conhecimento ao executivo municipal para que se pronuncie sobre a oportunidade/tempestividade da propositura da competente acção judicial, devendo dessa deliberação ser dado o devido conhecimento ao sócio-gerente e ao administrador da insolvência da empresa MONTIC - Montagens Industriais do Centro, L.da." - -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em conformidade com o procedimento adoptado para a AGNI, os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente e exigem que haja o mesmo rigor e exigência neste processo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade accionar o direito de reversão, de acordo com o atrás mencionado, devendo ser desenvolvido o correspondente procedimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Da presente deliberação deverá ser dado conhecimento ao sócio-gerente e ao administrador da insolvência da empresa MONTIC - Montagens Industriais do Centro, L.da. ---

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO CAR – PISTA DE** -----
 ----- **ATLETISMO/PROJECTO DE REGENERAÇÃO URBANA DE** -----
 ----- **MONTEMOR-O-VELHO – EIXO VIÁRIO PEDONALIZADO** -----
 ----- **LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO HISTÓRICO E A FRENTE RIBEIRINHA.** -----
 ----- **- AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO DE PARTE DO** -----
 ----- **PRÉDIO N.º 2139, DE FERNANDO MANUEL PEREIRA COIMBRA** ---
 ----- **FERNANDES**-----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de que o executivo municipal, por deliberação de 01 de Março de 2010, tomou a resolução de adquirir por via do direito privado parte (30.640 m2) do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2139 referenciado como sendo propriedade de Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes - conforme cópia que se anexa sob número dois – para efeitos da obra da Pista de Atletismo/Projecto Integrado de regeneração urbana de Montemor-o-Velho – Eixo viário pedonalizado, ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha. -----

----- Para a aquisição da supra referenciada parcela preconizou o perito avaliador da lista oficial, engenheiro Júlio do Fundo Granjo. O valor de € 495.030,77 (quatrocentos e noventa e cinco mil e trinta euros e setenta e sete cêntimos).-----

----- Nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações, foi notificado o proprietário dessa deliberação de Câmara, tendo o mesmo vindo apresentar contraproposta.-----

----- Dessa contraproposta, conforme estipula o n.º 5 do artigo 11.º do CE, juntou para tanto relatório de avaliação efectuado pelo Engenheiro Civil, Marco Martins que considerou como justa indemnização pela parcela em apreço o valor de 1.192,800€ (um milhão, cento e noventa e dois mil e oitocentos euros) – documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- A concretização da pista de atletismo, decorre da construção do Centro de Alto Rendimento, tendo a sua localização e lay-out sido discutido e acordado com a Federação Nacional de Triatlo, bem como o seleccionador nacional de triatlo. -----

----- A pista tem uma configuração particular, mas apesar disso a pista adapta, quer ao nível do desenvolvimento das pistas, dimensionamento e materiais, as normas da International Association of Athletics Federations (IAAF), possibilitando desta maneira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

assegurar aos atletas um treino normalizado. A pista insere-se entre o núcleo urbano e a pista de remo, consolidando o continuum de infra-estruturas que constituirão o Centro de Alto Rendimento, procurando também, fruto do desenho da sua envolvente, constituir-se como elemento atractor, negando a exclusão a que se poderia remeter se fosse proposta como elemento encerrado ao território e à comunidade. -----

----- Nesse sentido, e de acordo com o proprietário foi solicitado um terceiro relatório de avaliação do prédio ao Engenheiro Carlos Pimentel que preconizou os seguintes valores:-----

----- Valor total do terreno da parcela: -----

----- Área – 30.640 m² -----

----- Valor unitário – 22,19€/m² -----

----- 30.640 m² x 22,13/m² = 679,902. € -----

----- Perfazendo o montantes para a aquisição pela via do direito privado (ou para a justa indemnização pela expropriação do conjunto de parcelas em apreço) o valor de seiscentos e setenta e nove mil e novecentos e dois euros (conforme relatório que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- Contudo e de acordo com a informação n.º 44 – 2010 da divisão de planeamento territorial (documento anexo à presente acta sob o número cinco) a área a adquirir do respectivo prédio é apenas de 30.554 m². Nessa sequência, foi realizada uma reunião com o proprietário do referido imóvel, técnicos e elementos do executivo municipal para que se abordasse o valor para a aquisição da parcela de terreno necessária. Ficando nessa data acordado o valor de 675.000€ (seiscentos e setenta e cinco mil euros) para a aquisição dos 30.554 m². -----

----- Assim, deverá o executivo municipal deliberar sobre os valores a propor ao proprietário para a aquisição dos 30.554 m², com base nos valores agora preconizados pelo engenheiro Carlos Pimentel. -----

----- A deliberação a ser tomada pela câmara municipal deverá ser remetida sob proposta à Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para que seja autorizada a presente aquisição. -----

----- Importa ainda informar de que para a aquisição desta parcela havia já sido efectuado o pedido de cabimentação de 495.030,77€ e que agora importa reforçar com a diferença de valor que vier a ser deliberado pela Câmara Municipal e autorizado pela Assembleia Municipal para fazer face a esta aquisição por via do direito privado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir 30.554 m² do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2139, propriedade de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes, pelo valor de 675.000€ (seiscentos e setenta e cinco mil euros). -----

----- Mais deliberou remeter este assunto, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro à Assembleia Municipal para autorização. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **3 – HASTA PÚBLICA DO TERRENO DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL EM MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

----- “O Município de Montemor-o-Velho é proprietário do prédio denominado “Campo de Futebol Municipal”, com a área de 15.412 m², inscrito na matriz predial rústica de Montemor-o-Velho sob o artigo 2453 e descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número 4020/20081104. -----

----- Por razões de boa gestão do património municipal, mediante prévia aprovação pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, procedeu-se à venda em hasta pública do mencionado imóvel em 16 de Fevereiro de 2009, pelo preço base de 1.200.000,00 euros, valor preconizado em avaliação. -----

----- O procedimento ficou deserto por ausência de apresentação de qualquer proposta, desde logo tendo sido projectada uma nova tentativa de alienação no futuro próximo. -----

----- Pese embora a pouco favorável conjuntura financeira actual do país, entende-se que é esta a melhor oportunidade para reiniciar o procedimento de alienação em causa, dada a necessidade de cumprir objectivos previstos e impostos pelo Plano de Saneamento Financeiro e porque existe alternativa às actividades que no mesmo são desenvolvidas, nos novos equipamentos destinados à prática desportiva que integram os projectos da Pista de Atletismo / Regeneração Urbana – Eixo Viário Pedonalizado/Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha” -----

----- Pelas razões acima mencionadas, PROponho que a Câmara Municipal autorize que se inicie novo procedimento para alienação em Hasta Pública do Campo de Futebol de Montemor-o-Velho, mantendo-se o preço base de licitação de 1.200.000,00 euros preconizado em avaliação. -----

----- Considerando que já se iniciou a época desportiva 2010/2011 e existindo compromissos assumidos para a utilização deste equipamento, o correspondente caderno de encargos deverá prever uma cláusula de diferimento da entrada na posse plena do imóvel pelo adquirente para o fim da época desportiva em curso, sem prejuízo da celebração da correspondente escritura. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- O prazo para apresentação de propostas deverá ser fixado agora em 60 dias úteis, devendo ainda ser nomeado o júri do procedimento, que se propõe tenha a seguinte constituição:-----

----- Presidente – Eng. Abel Oliveira da Silva Girão -----

----- 1º Vogal efectivo – Dr. Paulo Alexandre Rama Teixeira-----

----- 2º Vogal efectivo – Dr.^a Filomena Maria Colaço Martins -----

----- 1º Vogal suplente – Dr. Rui Santos Ângelo Cavaleiro-----

----- 1º Vogal suplente – José Carlos Rama Branco -----

----- Na falta ou impedimento do Presidente, a sua substituição será assegurada pelo vogal seguinte em funções.-----

----- Mediante acordo, poderá a Câmara Municipal autorizar modalidades e prazos de pagamento que ao caso se mostrem mais ajustados. -----

----- A presente proposta, no caso de vir a ser aprovada pelo Executivo Municipal, deverá ser remetida com pedido de autorização à Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Anexa-se: cópia do relatório de avaliação e do caderno de encargos que orientou o anterior procedimento." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão apresentando a declaração de voto, que a seguir se transcreve: -----

----- "Em face da proposta apresentada para a venda em Hasta Pública do terreno onde se encontra instalado o "Campo de Futebol Municipal", ou denominado "Campo das Lajes", apesar de o Senhor Presidente da Câmara garantir que não há prejuízo para as actividades desportivas em curso no mesmo, para a presente época desportiva, os Vereadores do Partido Socialista entendem que esta venda deveria ocorrer mais tarde, quando o Município tivesse uma alternativa já edificada e em plenas condições de funcionamento, para substituir as utilidades que o actual Campo de Futebol proporciona aos seus utentes.-----

----- Por essa razão, os Vereadores do Partido Socialista irão abster-se na votação deste ponto. -----

----- Mais chamam à atenção e recomendam que deve ser dado, no mínimo, conhecimento prévio, ao executivo e à Assembleia Municipal das modalidades e prazos de pagamento que eventualmente venham a ser acordadas e propostas antes da celebração da escritura pública definitiva de venda." -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre" e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Programa de alienação em Hasta Pública do terreno do Campo de Futebol Municipal em Montemor-o-Velho, de acordo com a proposta apresentada.-----

----- Deliberou ainda por unanimidade, submeter este assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1 – PAGAMENTO DE TERRADO DA FEIRA QUINZENAL -----

----- – FERNANDO MANUEL PEREIRA QUEIRÓS -----

----- Foi presente um requerimento de Fernando Manuel Pereira Queirós, a solicitar que, o pagamento da dívida pela ocupação do Lote F 19 do Terrado da Feira Quinzenal, no valor de 141.12€, referente ao 1.º e 2.º trimestre do ano de 2010, possa ser efectuado sem agravamento, alegando que esteve doente, aquando à data de pagamento. -----

----- Os serviços prestam uma informação, onde referem que apesar do feirante alegar que se encontrava doente isso não o impedia de proceder a liquidação uma vez que os feirantes usufruem de 3 modalidades de pagamento: -----

----- - Pagamento por Multibanco; -----

----- - Pagamento por Cheque Bancário-----

----- - Pagamento na Tesouraria da Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade indeferir o pedido, de acordo com a informação dos serviços.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 24 de Setembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 472.384,95 € (quatrocentos e setenta e dois mil e trezentos e oitenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 358.917,82 € (trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e dezassete euros e oitenta e dois cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 – PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Recursos Humanos que a seguir se transcreve: -----

----- "Relativamente ao pedido de colaboração apresentado pela Direcção-Geral de Reinserção Social para acolhimento de um condenado a pena de multa, pena esta que foi substituída por trabalho a favor da comunidade, e cujo nome se omite por razões de reserva da intimidade da vida privada, importa referir: -----

----- 1 – Conceito -----

----- A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC) é uma pena substitutiva da pena de prisão até dois anos, cuja aplicação exige o consentimento do arguido. Consiste na prestação de trabalho não remunerado, a favor do Estado ou de outras entidades, públicas ou privadas, de interesse para a comunidade. Tem a duração de 480 horas de trabalho, podendo ser executada em dias úteis, sábados, domingos e feriados. A execução desta pena não pode ultrapassar 30 meses. -----

----- 2- Possibilidades -----

----- O Trabalho a Favor da Comunidade pode ser aplicado nas seguintes situações: -----

- • como pena autónoma em substituição de uma pena de prisão até 2 anos; -----
- • como sanção substitutiva da pena de multa, a requerimento do condenado; -----
- • como dever de prestação de interesse público, no âmbito da suspensão da execução da pena de prisão; -----
- • como obrigação de prestação de serviços de interesse público, imposta no âmbito da Suspensão Provisória do Processo; -----
- • como obrigação aplicável a jovens delinquentes, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos. -----

----- A sua aplicação privilegia um adequado recurso às medidas não privativas de liberdade e permite o equilíbrio necessário e desejável entre a protecção da ordem pública e a reparação dos prejuízos causados à comunidade pela prática da infracção, tendo em consideração as necessidades de reinserção social do delinquente. -----

----- 3- Obrigações da entidade acolhedora -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- De acordo com o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 375/97, de 24 de Dezembro, a intervenção da entidade beneficiária da PTFC - neste caso a autarquia – caracteriza-se da seguinte forma:-----

----- 3.1 - As entidades beneficiárias devem acolher o prestador de trabalho, inserindo-o na equipa em que tenha lugar a realização das tarefas que lhe sejam atribuídas, e fornecer-lhe os instrumentos de trabalho necessários. -----

----- 3.2 - As entidades beneficiárias devem garantir que a execução do trabalho se processe de acordo com as normas relativas ao trabalho nocturno, à higiene, à saúde e segurança no trabalho, bem como ao trabalho das mulheres e dos jovens, adoptando os procedimentos necessários para o efeito. -----

----- 3.3 - As entidades beneficiárias devem ainda: -----

----- a) Efectuar o controlo técnico da prestação de trabalho através do supervisor, cuja identidade deve ser comunicada aos serviços de reinserção social; -----

----- b) Registar, através do supervisor, a duração do trabalho prestado, em documento fornecido pelos serviços de reinserção social; -----

----- c) Informar periodicamente o prestador de trabalho, designadamente a meio e a dois terços do cumprimento da pena, sobre o número de horas de trabalho prestado;-----

----- d) Informar os serviços de reinserção social, nas vinte e quatro horas subsequentes, da ocorrência de acidente de trabalho que atinja o prestador de trabalho; -----

----- e) Informar os serviços de reinserção social sobre qualquer dano voluntário ou involuntário causado pelo prestador de trabalho durante a prestação de trabalho e no exercício de tarefas inerentes a esta; -----

----- f) Suspender a prestação de trabalho em caso de perigo imediato para o prestador de trabalho e em caso de falta grave por ele cometida, informando os serviços de reinserção social, nas vinte e quatro horas subsequentes, sobre a suspensão e os seus fundamentos;-----

----- g) Receber as declarações médicas apresentadas pelo prestador de trabalho em caso de doença e remetê-las de imediato aos serviços de reinserção social; -----

----- h) Comunicar de imediato aos serviços de reinserção social qualquer interrupção de trabalho; -----

----- i) Avaliar a prestação de trabalho, em documento fornecido pelos serviços de reinserção social, no final da execução da pena e, também, em penas não inferiores a setenta e duas horas, uma vez cumpridos dois terços da pena. -----

----- 4 - Acidentes de trabalho -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Foi solicitado pelos serviços à entidade proponente – a Direcção-Geral da Reinserção Social – que assegurasse a celebração de seguro que garanta a reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais nos mesmos termos e para os mesmos efeitos estabelecidos na lei que regula os acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores por conta de outrem, o que foi já confirmado.-----

----- Nesta parte, portanto, a responsabilidade da Câmara Municipal está garantida. -----

----- Relativamente à responsabilidade civil por dano causado durante a prestação de trabalho à Autarquia, será a mesma, igualmente, assegurada pelo Estado nos termos da lei aplicável em matéria de responsabilidade civil extracontratual no domínio dos actos de gestão pública, de acordo com o disposto no artigo 11.º do mencionado diploma. -----

----- 5 - Conclusão e parecer -----

----- Face ao acima exposto, e pese embora o parecer dos serviços do Departamento de Investimentos Municipais, entende-se que a Autarquia deverá colaborar com as medidas de política criminal que privilegiam a adopção de penas não privativas de liberdade e, simultaneamente, promovam a reinserção dos delinquentes, tudo sem descurar a necessidade de prevenção quer geral, quer especial. -----

----- A PTFC não acarreta qualquer encargo financeiro para o Município, o trabalhador está abrangido por seguro suportado pela administração central e a participação na execução desta medida apenas exige dos serviços municipais uma colaboração institucional que não perturba o normal funcionamento dos serviços. -----

----- Neste sentido, entende-se que poderá o Sr. Presidente da Câmara Municipal, no âmbito dos poderes de gestão que lhe estão cometidos, autorizar a PTFC em causa, de acordo com a proposta da Direcção-Geral de Reinserção Social, aprovada pelo Tribunal.----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que esta disponibilidade manifestada pela Câmara Municipal é muito importante, porquanto, enquanto profissionais forenses, têm a noção da importância destas penas não pecuniárias, nem privativas da liberdade, atribuídas aos seus destinatários. Na maior parte das vezes estes sentenciados cumprem estas penas de trabalho a favor da comunidade em locais onde se revela uma manifesta falta de rigor e exigência, pelo que, se recomenda à Câmara Municipal que aceite mais situações destas, mas tem de receber o trabalho destas pessoas com verdadeiro espírito de exigência e rigor, para que elas sintam a importância da pena que lhes foi aplicada e possam inclusive daí retirar ensinamentos para a sua vida futura e integração no mundo do trabalho e na sociedade.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- 2 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ANO DE 2008 -----
 ----- - RECLAMAÇÃO -----
 -----O presente ponto foi retirado. -----
 -----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----
 ----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA -----
 ----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
 ----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----
 ----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de
 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às
 decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre 13 e 24
 de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----
 ----- A Câmara tomou conhecimento. -----
 -----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----
 -----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----
 -----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----
 -----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----
 -----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----
 ----- 1 – ACIDENTE DE VIAÇÃO NA EX-EN 335 EM CARAPINHEIRA -----
 ----- RECLAMAÇÃO DE JOSÉ DOS REIS CORDEIRO DA SILVA -----
 ----- Na sequência da reclamação apresentada pelo munícipe José dos Reis Cordeiro da
 Silva, sobre o acidente ocorrido na estrada ex – EN 335, no lugar dos Boleta, na Freguesia da
 Carapinheira, foi presente o respectivo processo acompanhado de uma informação dos
 serviços e de um orçamento que ascende a 125,00 € (cento e vinte cinco euros) – IVA já
 incluído. -----
 ----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos
 causados no veículo do munícipe José dos Reis Cordeiro da Silva, no montante de 125,00 €
 (cento e vinte cinco euros) – IVA já incluído, devendo o mesmo apresentar os seguintes
 documentos: -----
 ----- Um – Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente
 prova de que é legítimo proprietário do mesmo. -----
 ----- Dois – Documento (original) comprovativo do pagamento da quantia em causa. -----
 ----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----
 ----- 2 – EIXO VIÁRIO DO SISTEMA URBANO DO VALE (CARAPINHEIRA): -----
 ----- LARGO DA FEIRA -----
 ----- - PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- DEFINITIVOS -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de ser aceites.--

----- Um - A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 3 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----

----- FASE B – UP 32A (ENTRADA MONTANTE), -----

----- UP 33S (CICLOVIA SUL), UP42 (ILHAS) E-----

----- UP43 (CAIS, APENAS PARTE REFERENTE À PRAÇA) -----

----- - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a informar que tinha sido apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra, uma reclamação sobre erros e omissões da empreitada em epígrafe, os quais já tinham sido apresentados pelo empreiteiro e detectados na fase de concurso, mas não tinham sido aceites. -----

----- A Divisão de Planeamento Territorial (DPT), autora do projecto confirma a existência de erros nos artigos 11.1.7.4 e 11.1.7.5 do mapa de trabalhos, cuja quantidade passa a ser superior em relação à prevista inicialmente no concurso. -----

----- Assim, e ao abrigo do nº 3 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos o dono da obra, é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, embora tenham sido identificados na fase de formação do contrato, não foram expressamente aceites. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que mais uma vez este ponto vinha mal fundamentado, pois o documento que tinha sido fornecido era insuficiente para votar favoravelmente, apesar de indiciariamente se afigurar uma típica situação de erro e omissão. -----

----- Usou da palavra o senhor Director de Departamento, comprometendo-se a juntar o documento integral que fundamenta esta situação e que por lapso não foi junto com a demais documentação.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em face do documento integral os Vereadores do Partido Socialista votavam favoravelmente este ponto de acordo com o parecer técnico agora apresentado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Um - Abrir procedimento por ajuste directo, nos termos dos artigos 112º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e fixar o preço base em 9.650,00 €. -----

----- Dois – Que se convide a apresentar proposta a empresa Vidal Pereira & Gomes, Lda., que já se encontra a executar a referida empreitada. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – ETAR PARA ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO -----

----- - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO -----

----- - APROVAÇÃO DO PROJECTO FINAL -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, tinha sido analisado o Projecto definitivo para a ETAR mencionada em epígrafe e que o mesmo se enquadra no estipulado no Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa e Condições Técnicas Especiais postas a concurso, podendo a sua versão final ser aprovada. -----

----- Um - A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto de execução para a construção da ETAR de Arazede. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 – MANUTENÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE -----

----- ÁGUA – SISTEMA DA ABRUNHEIRA (RESERVATÓRIO R2) -----

----- RELATÓRIO PRELIMINAR / INTENÇÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO--

----- Na sequência do acto público de abertura das propostas da empreitada acima referida, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- Não obstante todas as propostas estarem abaixo do preço base (80.000,00€, para um prazo de execução de 120 dias), verifica-se também que há necessidade de se reverem aspectos fundamentais nas peças do procedimento (alínea c) do n.º 1 do art. 79 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Não adjudicar a empreitada em epígrafe tendo presente o exposto na alínea c) do n.º 1 do art. 79 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Tendo presente o n.º 3 do art. art. 79 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que os serviços preparem novo procedimento no prazo máximo de 6 meses e à revogação da decisão de contratar conforme o disposto no art. 80º do mesmo Decreto-Lei. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- 3 – REDE ESGOTOS GATÕES E SEIXO (REDES) -----

----- - TRABALHOS A MAIS E A MENOS-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços que refere que com o desenvolvimento dos trabalhos respeitantes à implantação dos colectores na Freguesia do Seixo (lugar do Amieiro), verificou-se que são necessárias algumas correcções, tendo em vista o ajustamento do projecto, às situações reais detectadas em obra, as quais comprometem o normal desenrolar dos trabalhos se não forem corrigidas. -----

----- Os Serviços informaram ainda que, das referidas alterações resultaram trabalhos a mais com preços da proposta inicial no valor de 31.576,77€ (trinta e um mil quinhentos e setenta e seis euros e setenta e sete cêntimos) e preços a acordar com o empreiteiro no montante de 5.300€ (cinco mil e trezentos euros), e cujo montante ascende a 36.876,77 € (trinta e seis mil oitocentos e setenta e seis euros e setenta e sete cêntimos) acrescidos de IVA á taxa legal e que representam no seu conjunto a 1.81 % do valor da adjudicação, prevendo-se um prazo de execução de 14 dias seguidos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Autorizar os trabalhos a mais no valor de 31.576,77€ (trinta e um mil quinhentos e setenta e seis euros e setenta e sete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 14 dias. -----

----- Dois – Tomar conhecimento e autorizar preços a acordar com o empreiteiro no valor de 5.300€ (cinco mil e trezentos euros). -----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, com a empresa Ernesto Alves Pinto & C^a, Lda. no montante de 36.876,77 € (trinta e seis mil oitocentos e setenta e seis euros e setenta e sete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Quatro – Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o contrato. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 4 – “REDE DE ESGOTOS DE LICEIA: FASE A (REDES) – PARTE I” -----

----- - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde. -----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde o Eng.º Carlos Borges. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – PROCESSO DE REFEIÇÕES 2010/2011 -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, de acordo com a deliberação da reunião de Câmara do passado dia 31 de Agosto, a empresa que ganhou a concessão dos refeitórios da DREC foi a Gertal. -----

----- Assim, o serviço de refeições para o ano lectivo 2010/2011, na E.B.1 das Faíscas E.B.1 de Montemor, no Jardim de Infância de Montemor e no Jardim de Infância de Pereira será prestado pela Gertal pelo montante de 1,36€+Iva/refeição, de acordo com o quadro que consta como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – COMPARTICIPAÇÃO AO AGRUPAMENTO DE MONTEMOR -----

----- PELO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO -----

----- 1.º CEB DE PEREIRA – 2010/2011 -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que cerca de 126 alunos do 1.º Ciclo de Pereira almoçam no refeitório da E.B.I., procedendo por isso à aquisição da senha de refeição na mesma escola e estando as mesmas já abrangidas pelo processo de refeições, propõe que a Câmara participe o Agrupamento de Montemor em 1,68€/aluno, para o Escalão A; 0,95€/aluno, para o Escalão B e 0,22€/aluno, para o escalão C (conforme Despacho n.º 14368/2010 que consta como documento anexo à presente acta sob o número nove). -----

----- A comparticipação da Câmara será o resultante da diferença entre o custo da refeição e o valor pago pelos Encarregados de Educação. -----

----- Informou ainda que a comparticipação atribuída ao Agrupamento será posteriormente devolvida à DREC e será esta que efectuará o pagamento à empresa prestadora do serviço (Gertal). -----

----- Mais informou que, de acordo com o estipulado no despacho anteriormente mencionado, os montantes a pagar pelos encarregados de educação, são os mesmos do ano anterior, ou seja: -----

----- - Escalão A – Isentos de Pagamento-----

----- - Escalão B – 0,73€/por refeição -----

----- - Escalão C – 1,46€/por refeição-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade comparticipar o Agrupamento de Montemor em 1,68€/aluno, para o Escalão A; 0,95€/aluno, para o Escalão B e 0,22€/aluno, para o escalão C.-----

----- Mais deliberou por unanimidade aprovar os montantes a pagar pelos encarregados de educação, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – 3.ª SALA DO J.I. DE MEÃS ----- ----- - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DAS MEÃS-----

----- O Presidente da Câmara, relativamente ao assunto em epígrafe, informou o seguinte: -----

----- 1. Pelo parecer desfavorável do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, do Ministério da Educação, no que respeita à construção de um novo Estabelecimento do Pré-Escolar na freguesia das Meãs; -----

----- 2. Pelo elevado número de solicitações de inscrição no J.I de Meãs e pelo facto do estabelecimento deste nível de ensino não comportar mais crianças (cerca de 61 crianças inscritas); -----

----- Houve necessidade, em articulação com o Órgão de Gestão do Agrupamento de Escolas Dr. José dos Santos Bessa, Carapinheira, Direcção do Centro Social e Paroquial das Meãs e Direcção Regional de Educação do Centro, de afectar um espaço que funcione como alternativa para uma 3ª sala do Jardim de Infância das Meãs (sala a funcionar em regime provisório fora da Portaria) que reúna as condições dignas para albergar as crianças inscritas e minimize, assim, as listas de espera para a frequência no Pré-Escolar no concelho. -

----- A Direcção do Centro Social e Paroquial das Meãs, colocou à disposição da Câmara Municipal um espaço nas suas instalações do Centro Social e Paroquial completamente vocacionado para o pré-escolar para uso total sem restrições, abrindo toda a área deste imóvel, à terceira sala do J.I. que alberga neste momento 18 crianças do Pré-Escolar.-----

----- Assim, pela disponibilidade mais uma vez demonstrada pela Direcção desta Instituição Particular de Solidariedade Social que cedeu as infra-estruturas próprias, e como forma de minimizar encargos financeiros acrescidos para a referida, propõe a disponibilização de um subsídio de 3.000 € (três mil euros) a atribuir ao Centro Social e Paroquial das Meãs para ajudar nas despesas de funcionamento da sala no que respeita a luz, telefone, água, aquecimento, limpeza e manutenção, pois é esta que assumirá, durante ano lectivo 2010/2011 (10 meses e meio), o encargo financeiro dos serviços supra referidos.---

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de 3.000 € (três mil euros), ao Centro Social e Paroquial das Meãs do Campo, para fazer face a despesas de funcionamento da sala no que respeita a luz, telefone, água, aquecimento, limpeza e manutenção. -----

----- 4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo 2010/2011. -----

----- Disse ainda que, houve necessidade de ajustar alguns procedimentos de apreciação e selecção de candidaturas às Bolsas por Mérito assim como do anexo do regulamento, o qual se encontra desajustado e com algumas lacunas designadamente quanto ao apuramento de rendimentos provenientes de actividades independentes, e pela utilização da tabela de Remunerações Médias da Segurança Social. -----

----- Esta proposta de alteração do Regulamento elaborada em articulação com o Departamento Administrativo e Financeiro, altera o anexo e as alíneas a) do n.º 1 do artigo 2.º; alínea c), do n.º 2 do artigo 3.º; n.º 6 do artigo 4.º; n.º 1 do artigo 5.º; alínea a) e c) do n.º 2 do artigo 7.º e n.º 1 e n.º 9 do artigo 8.º do mesmo. -----

----- Assim, propõe à aprovação do executivo, uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo 2010/2011 (documento anexo à presente acta sob o número dez). -----

----- Propõe ainda a abertura de um período de 30 dias úteis para apreciação pública do projecto de Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos e locais habituais, a fim de ser posteriormente presente a reunião de Câmara para votação final do documento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração do Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo 2010/2011. -----

----- Mais deliberou que o mesmo seja colocado em apreciação pública por um período de 30 dias úteis, nos termos acima referidos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 5 – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NO -- ----- 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ----- ----- ENRIQUECIMENTO CURRICULAR -----

----- Ausentou-se neste ponto o Vereador Emilio Torrão -----

----- O Presidente da Câmara informou que, na sequência do Acordo de Colaboração produzido e aprovado em reunião de Câmara de 21 de Junho de 2010 no âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Outras

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

Actividades de Enriquecimento Curricular, para o ano lectivo 2010/2011, torna-se necessário elaborar o Contrato Programa, que consta como documento anexo à presente acta sob o numero onze, que definirá os montantes das transferências financeiras que a Câmara Municipal realizará para as Instituições Particulares de Solidariedade Social parceiras cumprindo o que está estabelecido no ponto 6, do artigo 4.º, Capítulo I, do supra citado Acordo de Colaboração.-----

-----Em contrapartida, as IPSS'S abaixo referidas comprometem-se a colocar pessoal auxiliar (26 funcionários(as)) qualificado nas 17 EB1 do Concelho e Campus Escolar de Montemor para dinamização de actividades de animação/lúdica/entretenimento (durante os tempos sem valências extra-curriculares e faltas ou impedimentos dos Docentes) e acompanhamento dos 828 alunos durante os intervalos do horário de funcionamento (15,00h/17,30h) do Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, de acordo com as áreas geográficas e EB1 previamente definidas no Acordo de Colaboração.-----

-----As transferências financeiras para as Instituições Particulares de Solidariedade Social parceiras, abaixo nomeadas, serão conforme o ratio de alunos abrangidos, o número de horas, duração do projecto, deslocações e profissionais envolvidos nas AEC, nas 51 turmas previstas nas 17 EB1 do concelho Centro Educativo de Montemor: -----

-----Associação Fernão Mendes Pinto – AFMP (7 recursos humanos) – 7.000€ (sete mil euros); -----

----- Casa do Povo de Arazede (6 recursos humanos) – 6.000€ (seis mil euros); -----

----- Centro Social e Paroquial da Carapinheira (4 recursos humanos) – 4.000€ (quatro mil euros); -----

----- Santa Casa da Misericórdia de Pereira (4 recursos humanos) – 4.000€ (quatro mil euros); -----

----- Casa do Povo de Tentúgal (2 recursos humanos) – 2.000€ (dois mil euros); -----

----- Centro Social e Paroquial das Meãs (3 recursos humanos) – 3.000€ (três mil euros); -----

----- Assim, propunha que estas transferências financeiras, no valor de 26.000 € (vinte e seis mil euros) fossem disponibilizados em três tranches, no final dos meses de Janeiro, Maio e Julho de 2011.-----

-----Estes valores vigorarão e aplicar-se-ão para o ano lectivo de 2010/2011, durante o período de funcionamento do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Propunha ainda a aprovação do Contrato Programa para o ano lectivo de 2010/2011 e os montantes das transferências financeiras que a Câmara Municipal realizará para as Instituições Particulares de Solidariedade Social parceiras. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências financeiras para as IPSS's do Concelho, de acordo com o atrás mencionado. -

----- Mais deliberou aprovar o Contrato Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e as Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, conferindo poderes ao Presidente da Câmara para assinar os mesmos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Voltou a fazer parte da reunião o Vereador Emilio Torrão.** -----

----- **6 – REGIME DE FRUTAS ESCOLARES** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, que consta como documento anexo à presente acta sob o número doze institui o Regime de Frutas Escolares (RFE). -----

----- A presente portaria, em complementaridade com a Estratégia Nacional do Regime de Frutas Escolares (RFE), propõe-se contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens. -----

----- O RFE aplica-se nos estabelecimentos de ensino público aos alunos que frequentam o 1.º ciclo dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. -----

----- À semelhança do ano lectivo anterior a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho anuiu à referida candidatura (Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro), tendo a mesma sido aprovada (documento anexo à presente acta sob o número treze). -----

----- Neste sentido, torna-se necessário o fornecimento semanal de 2 peças de fruta para 840 alunos, durante 30 semanas para o ano lectivo 2010-2011. -----

----- Alerta-se para o facto que a aquisição dos produtos deve privilegiar os regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológica, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de protecção integrada. -----

----- Mais se informa que, de acordo com a estratégia nacional 2010-2013 do Regime de Frutas Escolares (disponível no site da Câmara na área da educação), as frutas a adquirir são: --- -----

----- Maçã; Pêra; Clementina; Tangerina; Laranja; Banana; Cereja; Uvas; Ameixa; Pêssego; Cenoura; Tomate. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Assim, propõe que os serviços de Aprovisionamento, e em conformidade com o disposto no CCP, procedam à aquisição dos produtos mencionados.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder à aquisição de frutas, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 7 – CASA DO POVO DE ARAZEDE – APOIO FINANCEIRO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que a Casa do Povo de Araze de, solicitou um apoio financeiro para obviar despesas de requalificação do imóvel no que concerne a pintura e arranjos de conservação no edifício da Creche orçado em 5300 € (cinco mil e trezentos euros).-----

----- Esta valência nesta instituição serve inúmeros agregados familiares da Freguesia de Araze de e outras limítrofes, assumindo assim, capital importância, já que existem poucas no Município com esta tipologia de oferta de serviços, para o acompanhamento e guarda de bebés. -----

----- Neste sentido propõe a atribuição de um apoio financeiro a esta entidade de utilidade pública do concelho, no valor de 4.150€ (quatro mil cento e cinquenta euros), contribuindo assim a edilidade para a promoção do bem estar da comunidade local e apoio aos vários agregados familiares que recorrem a estes serviços sociais. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir 4.150€ (quatro mil cento e cinquenta euros), à Casa do Povo de Araze de.-----

----- 8 – BIBLIOTECA MUNICIPAL/VI CONCURSO DE HISTÓRIAS E -----

----- ILUSTRAÇÕES: APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE JÚRI PARA -----

----- AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS-----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira informou que após a recepção dos trabalhos presentes ao VI Concurso de Histórias e Ilustrações de 2010: “Na terra dos sonhos...”, e de forma a dar seguimento à deliberação presente a reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2010, de acordo com o Regulamento torna-se necessário designar o júri para avaliação dos trabalhos: -----

----- Representante da Câmara Municipal – Dr. Pedro Machado, que presidirá.-----

----- Representante da Direcção Regional de Educação do Centro, na pessoa da sua directora; -----

----- Escritor: José Fanha; -----

----- Artista Plástico: André Letria; -----

----- Individualidade a convidar: José Craveiro. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a constituição do júri do VI Concurso de Histórias e Ilustrações, de acordo com o atrás mencionado. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **1 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTATUTOS DA** -----

----- **ASSOCIAÇÃO REDE DE ECONOMIAS DA CRIATIVIDADE, NA** -----

----- **SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA REDE DE** -----

----- **ECONOMIAS DA CRIATIVIDADE (4.º AVISO DE CONCURSO DO** -----

----- **REGULAMENTO ESPECÍFICO DE POLÍTICA DE CIDADES** -----

----- **– REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** -----

----- **(MAIS CENTRO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO** -----

----- **CENTRO QREN (2007-2013))** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, o executivo municipal, na reunião de 17 de Setembro de 2010, autorizou o Município de Montemor-o-Velho a integrar a Associação Rede Economias Criativas e aprovou respectiva proposta de estatutos. -----

----- No entanto, tornou-se necessário proceder a algumas alterações nesses mesmos estatutos da REC – Associação Rede Economias Criativas, as quais foram posteriormente sugeridas pelo Município de Óbidos, enquanto representante dos demais associados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração aos estatutos da REC – Associação Rede Economias Criativas, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número catorze, manifestando, contudo, as suas reservas quanto à alteração proposta para o artigo 15.º, cuja legalidade entende ser questionável. ---

----- Deliberou ainda a Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal que delegue no executivo a sua competência para aprovar eventual alteração de redacção ou questões assessorias dos referidos Estatutos, caso venham a ser propostas pelos demais parceiros, por forma a agilizar os procedimentos de cuja urgência depende a aprovação de Candidatura ao MaisCentro Programa Operacional Regional do Centro QREN 2007/2013. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 27

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

ENCERRAMENTO

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas onze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª